

O MST vai da foice à motosserra

Categories : [Marcos Sá Corrêa](#)

Cada um tem o direito de acreditar no que quiser sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Pode achar até que ele está aí para fazer reforma agrária. Mas não dá mais para levar o MST a sério, quando levanta as foices contra plantações de eucaliptos, canaviais transgênicos e outros espantalhos folclóricos do meio ambiente, eleitos como símbolos da safra 2008 de atentados e protestos.

De meio ambiente, na melhor das hipóteses, o MST não entende. Se entendesse, não tocaria num assunto que só serve para incriminá-lo. Tem pecado demais para falar dos pecados alheios. O braço do movimento, cada vez mais cheio de dedos, como os femininos da Via Campesina, deixou marcas comprometedoras em várias frentes brasileiras de desmatamento. Não faltaram toras de assentamentos, por exemplo, no último recorde de devastação ilegal da Amazônia.

Mas isso o país está cansado saber. Só quem não sabe, porque não lhe interessa saber, é o governo. No final dos anos 90, uma comissão parlamentar, que avaliava os estragos produzidos na região por serrarias asiáticas, já tropeçava na evidência de que 16 milhões de hectares da florestas haviam caído, em pouco mais de três décadas, como mártires da reforma agrária. Era mais que notória, naquela época, “a interface entre os projetos de assentamento e a extração de madeira, seja por corte raso, seja por corte seletivo”, como disse o relatório. Também faz tempo que Adalberto Veríssimo, do Imazon, chamou de “desastroso” o “histórico dos projetos de desenvolvimento sustentado na Amazônia”.

Nada disso impediu, evidentemente, que o engenheiro gaúcho Guilherme Cassel assumisse em 2006 o Ministério do Desenvolvimento Agrário dizendo: “A máquina está montada, só falta agora colocar mais lenha na fogueira”. E a fogueira está lá para todo mundo ver. Para Cassel, continua a ser “obrigação do Estado assentar gente no Norte e em terras públicas”, porque, à luz do fósforo oficial, “o assentamento combate o desmatamento”.

No ano passado, o biólogo Fábio Olmos fez o inventário desse programa de colonização “extrativista” e “socioambiental”, para usar o jargão de Brasília. Segundo Olmos, os assentamentos viraram rivais do agronegócio na “destruição de habitats no país, com o agravante de serem financiados pelo contribuinte”. Pudera. No Brasil, as últimas fronteiras que se poderiam chamar de colonizáveis estão na Floresta Amazônica, nos trapos da Mata Atlântica, nas escarpas mais ínvias da Serra do Mar e no que sobra do Pantanal Matogrossense. São, todos eles, nomeados um a um, lugares que o artigo 225 na Constituição declara “patrimônio nacional”, a ser ocupado com redobrada cautela, para assegurar “a preservação do meio ambiente”.

Mas é neles, de preferência, que o Incra desova seus assentados, geralmente sem dar a mínima a quesitos legais, como relatórios de impacto ou licenças do Ibama. O Incra é torto até no nome. O

C de sua sigla vem de Colonização, coisa que, pela Constituição, ele deveria ter deixado de fazer há 20 anos. Sua sopa de letras bóia num grosso caldo de anacronismo burocrático.

Sem este C, apesar do superfaturamento que pratica como norma da desapropriação de fazendas e do permanente motim de seus quadros contra as leis vigentes, o Incra talvez fizesse reforma agrária de vez em quando, sob pena de fechar as portas por caduquice e desuso. Com o C, virou outra coisa. Ou seja, pau para toda obra. Morde terras devolutas, privatiza florestas, sitia reservas e inventa quilombos. Faz qualquer coisa para não fazer reforma agrária. E para isso conta com o apoio tácito do MST. O movimento dos sem-terra denuncia tudo com muito barulho. Mas abafa em discussões internas seu próprio desvio oficioso da foice e da enxada para a motosserra.